



JORNALISMO, ACESSIBILIDADE E DEMOCRACIA: revisão sistematizada dos estudos no Brasil entre 2018 e 2020 ¹

JOURNALISM, ACCESSIBILITY AND DEMOCRACY: systematic review of studies in Brazil between 2018 and 2020

Matheus Silva de Oliveira ²
Patrícia Rakel de Castro Sena³

Resumo: A compreensão do cenário de pesquisa em uma determinada área de estudo é fundamental para o desenvolvimento e ampliação das discussões em novos rumos. Com isso, a presente pesquisa visa compreender o cenário dos estudos que relacionam jornalismo, acessibilidade e democracia no período de 2018 e 2020 e desenvolver uma discussão a respeito das temáticas. A metodologia utilizada foi uma revisão sistemática da literatura, que visa identificar pesquisas relevantes sobre o tema estudado em um determinado período. Os portais utilizados para a pesquisa foram o Periódico da Capes; Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom); Associação Brasileira dos Pesquisadores de Jornalismo (SBPJor); Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura (ABCIBER); Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós).

Palavras-Chave: Inclusão. Comunicação. Democracia.

Abstract: Understanding the research scenario in a given area of study is essential for the development and expansion of discussions in new ways. This research aims to understand the scenario of the studies that relate journalism, accessibility and democracy in the period of 2018 and 2020 and to develop a discussion. The methodology used was a systematic literature review, which aims to identify relevant research regarding the subject studied in a given period. The portals used for the research were the Capes Periodical; Brazilian Society for Interdisciplinary Communication Studies (Intercom); Brazilian Association of Journalism Researchers (SBPJor); Brazilian Association of Researchers in Cyberculture (ABCIBER); National Association of Postgraduate Programs in Communication (Compós).

Keywords: Inclusion. Communication. Democracy.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Políticas e Governança da Comunicação da 9ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (9ª COMPOLÍTICA), realizado em formato remoto, de 24 a 28 de maio de 2021.

² Graduado em Jornalismo pela Universidade CEUMA. Mestrando em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação - Mestrado Profissional da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Email: matheussilvadeoliveira1@gmail.com.

³ Doutora em Comunicação pela UFPE (PDSE na UBI/Portugal). Docente do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação – PPGCOMPRO da UFMA. Coordenadora da Linha de Pesquisa e Grupo de Estudos MID – Mídia e Democracia, vinculada ao NEEC – Núcleo de Estudos em Estratégias de Comunicação). E-mail: rakeldecastro@gmail.com / patricia.rakel@ufma.br.

1. Introdução

Diante do crescente avanço do acesso à informação por meio da disponibilidade de novas tecnologias que possibilitam a instantaneidade da comunicação, fazendo com que as notícias circulem de variadas maneiras, pautando discussões e abastecendo debates dos mais diversos tipos. Sendo assim, abre-se espaço para compreensão de como a comunicação pode ser uma ferramenta de fortalecimento da ampla participação social das pessoas com deficiência.

Um dos caminhos possíveis para a compreensão desse cenário é identificar pesquisas que versam sobre a temática, mais do que isso, a catalogação desses estudos possibilitará a interpretação do modo como a temática é discutida, proporcionando o desenvolvimento de novas perspectivas para as pesquisas subsequentes

Com isso, o presente levantamento de pesquisas se deu por meio de uma Revisão Sistemática de Literatura, que consiste em um estudo secundário que possui como fonte de dados estudos primários (GALVÃO; PEREIRA, 2014). Para Galvão e Pereira (2014) a revisão sistemática possui oito métodos, são eles: elaboração da pergunta de pesquisa; busca na literatura; seleção dos artigos; extração dos dados; avaliação da qualidade metodológica; síntese dos dados; avaliação da qualidade das evidências; e redação e publicação dos resultados. Neste levantamento foram utilizados alguns métodos da revisão sistemática para compreender o cenário das pesquisas a respeito dos temas.

A pergunta que norteou a revisão sistemática é a seguinte: como os estudos sobre jornalismo abordam sobre a acessibilidade como ferramenta do processo democrático? Portanto, os estudos que possuem como temática jornalismo, acessibilidade e democracia foram os objetos do levantamento. Entretanto, como maneira de expandir as possibilidades de identificação dos estudos, foram incluídos aqueles que possuíam também apenas duas das temáticas citadas.



Sendo a revisão sistemática uma forma de identificar estudos e promover uma síntese e análise dos estudos relevantes sobre determinado tema (MANCINI; SAMPAIO, 2006), nos cabe interpretar que a ausência de estudos também possibilita uma compreensão de cenário, pois a falta também é um dado. Sendo assim, torna ainda mais indispensável a capacidade da revisão sistemática de suscitar o surgimento de novas pesquisas.

A busca na literatura foi realizada no portal de periódicos da CAPES e nos principais portais de pesquisa científica do Brasil relacionados à comunicação e estudos da mídia, sendo eles: anais do congresso nacional da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom); anais da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor); anais da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura (ABCIBER); anais da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós).

Os artigos foram pesquisados utilizando palavras-chave relacionadas ao tema da pesquisa. A grande maioria dos sites disponibiliza buscadores que facilitam a identificação dos estudos por meios das palavras-chave, como o portal da Compós (FIG. 1), entretanto o portal da Intercom não disponibiliza buscador, sendo necessário utilizar o buscador do navegador.



Figura 1 – Barra de pesquisa portal da Compós.

Fonte – Elaborada pelos autores

2. Seleção dos artigos

Para o processo de seleção dos artigos foram utilizadas palavras-chave que relacionassem com as temáticas da pesquisa (jornalismo, acessibilidade e democracia). Como já citado, a pesquisa se desenvolveu no ambiente online, utilizando os buscadores, ou barras de pesquisa, disponibilizados nos sites e o buscador do navegador utilizado para a realização da pesquisa. A partir dos dados captados foram elaboradas duas tabelas. A primeira (TAB. 1) com os resultados obtidos a partir de palavras-chave como “jornalismo”, “acessibilidade”, “inclusão/inclusivo”, “deficiência” e “democracia”.

TABELA 1
Palavras-chave

	Periódicos Capes	Anais do Intercom	SBPJor	ABCIBER	Anais da Compós
Jornalismo	1021	941	177	15	35
Acessibilidade	980	2	0	0	3
Inclusão/Inclusivo	5824	16	1	0	2
Deficiência	2845	11	1	0	0
Democracia	6291	25	5	0	4

FONTE – Elaborada pelos autores

O alto número de pesquisas identificadas no portal de Periódicos da Capes existe em decorrência da amplitude de temáticas disponíveis em seu portal, não sendo destinada a áreas do conhecimento determinadas, como os demais portais pesquisados.

Apesar do alto número de pesquisas sobre democracia, e mais especificamente de pesquisas da área da comunicação a respeito do tema, nenhum estudo disponível nas plataformas possuía conteúdo satisfatório para compor o levantamento, mas como explanado acima, foram aceitos estudos abordassem duas das temáticas centrais. Diante dos estudos identificados, as discussões apresentadas

nesse levantamento ocorrem principalmente no âmbito do jornalismo e da promoção da acessibilidade.

Após a identificação de publicações de acordo com a temática de interesse, foi elaborada uma nova tabela (tabela 2) com o detalhamento das publicações encontradas, identificando o título, o(s) autor(res), o ano de publicação, o local de publicação e o link de acesso.

TABELA 2
Pesquisas identificadas nos portais

Título do artigo	Autor(es)	Ano	Site	Link
A audiodescrição no documentário Democracia em Vertigem	Ester Caetano, Milene Lages, Michele Negrini	2020	Intercom	R15-0253-1.pdf (intercom.org.br)
Audiodescrição: Uma possibilidade de inclusão no telejornalismo	Jefferson Perleberg Rubira, Michele Negrini	2020	Intercom	R15-0689-1.pdf (intercom.org.br)
Do jornalismo inclusivo à inclusão do jornalista com deficiência na imprensa brasileira	Renata Elias Juliotti, Cilene Victor	2020	Intercom	R15-2786-1.pdf (intercom.org.br)
Podcast e Acessibilidade: apontamentos teóricos e metodológicos	Elton Bruno Pinheiro	2020	Intercom	R15-2637-1.pdf (intercom.org.br)
Direito Humano à Comunicação e a Acessibilidade nas Mídias Audiovisuais	Flavia Affonso Mayer	2020	Compós	Artigo Compós - Flávia Mayer.docx (compos.org.br)
Notícia para a audiência que não ouve e não vê: uma discussão sobre a inclusão e acessibilidade na televisão	Livia Cirne, Vitor Belém, Paulo Cajazeira	2020	Compós	Artigo Compós – Cirne, Belém, Cajazeira.docx (compos.org.br)
Caminhos para Visibilidade de Crianças com Deficiência no Jornalismo: um estudo sobre a reportagem Claro Enigma, da revista Veja	Giselle Freire	2019	Intercom	R14-1218-1.pdf (intercom.org.br)
Os Desafios de Produção de Telejornais Universitários Inclusivos: os casos do Pampa News e do Empauta TV	Michele Negrini, Roberta Ross	2019	Intercom	R14-0645-1.pdf (intercom.org.br)
Para Cego Ver, Para Surdo Ouvir: reflexões sobre a inclusão e a acessibilidade na TV brasileira	Livia Cirne, Vitor Belém	2018	Compós	Artigo Compós – Cirne, Belém.docx (compos.org.br)

FONTE – Elaborada pelos autores



Foram identificados nove artigos, sendo seis no portal da Intercom (quatro em 2020 e dois em 2019) e três no portal da Compós (dois em 2020 e um em 2018), nenhum artigo foi encontrado nos portais da SBPJor e ABCIBER que pudessem compor o processo de extração de dados e desenvolvimento da discussão.

Diante disso, observa-se o contraste da escala de artigos encontrados por meio da pesquisa com palavras-chaves e o resultado final representado na tabela 1. Mas, como afirma Galvão e Pereira (2014, p. 183), a revisão sistemática “trata-se de um tipo de investigação focada em questão bem definida, que visa identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis.”, sendo assim, é prognosticável que um baixo número de pesquisas identificadas no processo de seleção dos artigos iria compor a extração e discussão dos dados.

3. Discussão

As pesquisas publicadas em 2020 discorrem sobre temáticas, em algumas ocasiões, muito semelhantes, como a audiodescrição e a legislação sobre acessibilidade na comunicação. Entretanto, cada pesquisa desenvolve uma abordagem única, algumas de forma mais aprofundada, ou seja, ampliaram a discussão levantando problemáticas e utilizando de uma bibliografia mais vasta.

Em 2019 foram identificadas duas pesquisas, ambas com temáticas distintas. A primeira relacionada ao autismo, mas que traz uma discussão relevante ao ressaltar a retirada da discussão sobre deficiência do âmbito clínico/médico, para o âmbito social. A segunda ressalta a importância do jornalismo universitário para a promoção da acessibilidade.

Em 2018 foi localizada apenas uma pesquisa, em que as autoras discorrem sobre a importância da televisão para a sociedade brasileira e mostrando caminhos para que as produções televisivas se tornem mais acessíveis.

3.1. Pesquisas identificadas em 2020

O artigo de Caetano, Lages e Negrini (2020) desenvolve uma breve análise sobre a audiodescrição (AD) empregada no documentário Democracia em Vertigem,

lançado em 2019 na plataforma de *streaming* Netflix. As autoras analisam a aplicação da técnica de AD em diferentes momentos e situações do documentário.

Como define o Guia Para Produções Audiovisuais Acessíveis, publicado pelo Ministério da Cultura, a AD trata-se de uma modalidade de tradução audiovisual, que possui natureza intersemiótica, com o objetivo de tornar produções audiovisual acessíveis às pessoas com deficiência visual. A AD contempla vários aspectos presentes em determinada cena, como objetivos, cores, altura, quantidade de pessoas e entre outros elementos necessários para a percepção auditiva da cena apresentada.

Foram analisadas as aplicações para a descrição de cenários e personagens, estabelecendo os momentos em que a AD priorizou definir o cenário em detrimento dos personagens e vice-versa. Esse tipo de análise é fundamental para compreender a narrativa que a AD objetiva oferecer, pois a escolha do que será descrito influencia no entendimento por parte do ouvinte do contexto exposto, podendo gerar um entendimento consonante ou não com as imagens apresentadas.

Outro fator analisado pelas autoras diz respeito a cor. Ao criar um roteiro para desenvolver a AD, o audiodescritor não deve suprimir questões relacionadas a coloração das cenas, dos cenários, objetos, roupas e entre outros fatores capazes de impactar na narrativa e percepção do contexto. O artigo destaca as descrições da exibição de cenas ou fotos em preto e branco e ressaltam a escolha por narrar a transição dessas cores quando elas ocorrem. Entretanto, as autoras elaboram uma crítica ao fato de a AD do documentário, em determinada cena, dar preferência à descrição da transição de uma cena colorida para o preto e branco, em detrimento de descrever a cena em si.

Seguindo a discussão sobre a audiodescrição, na pesquisa de Rubira e Negrini (2020) os autores realizaram um estudo de recepção em um grupo focal composto por estudantes de uma escola especial da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Na primeira parte do artigo é desenvolvida uma discussão sobre a importância da AD enquanto tecnologia assistiva (TA) para a garantia de acessibilidade a conteúdos midiáticos às pessoas com deficiência visual. Posteriormente os autores discutem a

respeito da legislação que assegura a garantia de acessibilidade às pessoas com deficiência de modo geral.

Os autores destacam que na televisão as principais ferramentas de acessibilidade são: o *closed caption* (legenda oculta), a janela de Libras, a dublagem e a audiodescrição de imagem. Os três itens apontados pelos autores também são destacados como essenciais para a produção de materiais audiovisuais acessíveis no Guia Para Produções Audiovisuais Acessíveis do Ministério da Cultura.

Segundo o que determina a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Rubira e Negrini (2020, p. 5) afirmam que AD é “um recurso que consiste em uma descrição em áudio de imagens, elementos visuais, gestos e peças de vestuário que aparecem na tela”. Com isso, segundo os autores, a AD se destina às pessoas cegas e com baixa visão, em que as cenas e os elementos visuais devem ser compreendidos por meio do da narração em áudio.

Em seu grupo focal, os pesquisadores apresentaram duas reportagens, sendo uma delas sem AD e outra que utilizava o recurso. As reportagens foram produzidas pela RBS TV, filiada à Rede Globo, exibidas no Jornal do Almoço. Uma das principais constatações identificadas pelos autores é o fato de que nenhum dos participantes haviam tido experiência ou contato com a AD em momentos anteriores de suas vidas. Para os pesquisadores, esse fato seria em parte uma falha da instituição de ensino, que não apresentou aos estudantes materiais midiáticos com AD, entretanto, demonstra a quase total ausência de produções acessíveis às pessoas com deficiência visual no cotidiano.

Com os resultados da pesquisa, principalmente após a exibição da primeira reportagem, foi possível constatar a relevância da descrição de elementos gráficos e textuais exibidos nas cenas. A primeira reportagem exibia um roteiro de viagem por cidade gaúcha, no decorrer da produção foram exibidos mapas, preços e textos sobre os lugares. Após a exibição uma das participantes do grupo focal, demonstrou desconforto ao de que a reportagem não trazia as informações dos preços no decorrer a viagem, entretanto, a informação estava disponível, mas apenas de forma textual.

O fato destacado pela participante do estudo demonstra a importância de audiodescrever os elementos não-textuais, principalmente quando eles constituem

informações essenciais para a compreensão do conteúdo. Alvez, Teles e Pereira (2011) destacam que mesmo os créditos, textos títulos, legendas e intertítulos necessitam ser descritos, portanto, todos os elementos textuais devem estar presentes na AD, sendo necessário que no processo de construção do roteiro esses elementos sejam audiodescritos sem se sobrepor a outras informações visuais importantes.

Essencialmente fundamental, o artigo de Juliotti e Victor (2020) se desenvolve em outro sentido, voltado para o jornalismo enquanto organização. Os pesquisadores realizaram uma análise quantitativa a respeito da participação de jornalistas com deficiência nas redações jornalísticas brasileiras e se utilizaram da análise de conteúdo de Laurence Bardin, para analisar os portais de 11 sindicatos de jornalistas de diferentes estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal, e portal da Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ).

Na parte inicial do texto os autores iniciam uma discussão sobre estereótipos ligados às pessoas com deficiência e principalmente sobre os questionamentos a respeito das capacidades limitantes que a sociedade acredita que as pessoas com deficiência possuem. Para Nario-Redmond (2019) as concepções de limitação referente às pessoas com deficiência são construções sociais e que, portanto, essas concepções são cabíveis de transformações. Sendo assim, compreender os cenários, e mais do que isso, propor mudanças possibilita que ideias limitantes possam sofrer transformações positivas, com vista à inclusão e a promoção da acessibilidade.

No decorrer do texto, assim como Rubira e Negrini (2020), os pesquisadores discorrem sobre a legislação que versa sobre a promoção da acessibilidade, com foco na Lei 8.213, 24 de julho de 1991 (Lei de Cotas). A lei assegura que as empresas devem destinar de 2% a 5% de suas vagas às pessoas com deficiência.

Posteriormente, Juliotti e Victor (2020) elaboram uma discussão sobre a relação da imprensa com as pessoas com deficiência. Para os autores as narrativas midiáticas presentes na imprensa são essenciais para a formação de estereótipos relacionados às pessoas com deficiência. Com isso, a prática de um jornalismo inclusivo seria essencial para a devida mudança de conceitos e quebra de estereótipos. Jornalismo inclusivo, para os autores, seria não apenas a criação de

conteúdos acessíveis, mas conteúdos que não permeiam em sua narrativa preconceitos ou rótulos relacionais às pessoas com deficiência.

Concluindo a pesquisa, os autores destacam que os portais dos sindicatos possuem em seu histórico discussões relacionadas às pessoas com deficiência, entretanto, a abordagem da temática é subjetiva ou incipiente. Outro fator constatado é a ausência de referências às pessoas com deficiência nos estatutos dos sindicatos pesquisados. Além disso, as plataformas digitais dos sindicatos não possuem acessibilidade, tanto para a navegação, quanto em relação aos conteúdos disponibilizados.

A pesquisa de Elton (2020) busca identificar as possibilidades de transformar o *podcast* em um formato acessível, com foco em grupos sensorialmente diversos, em especial pessoas com deficiência auditiva e visual. O autor desenvolve sua pesquisa a partir de revisão de literatura e entrevistas para compreender a acessibilidade cultural.

Em sua pesquisa Elton (2020), ao discutir sobre a necessidade de estudos de acessibilidade, o autor destaca que por razão da acessibilidade ser um benefício para todos, logo se deve repensar a utilização do termo “deficiência”, para seja empregado o termo “diversidade sensorial”. Sendo assim, produções acessíveis não seriam mais destinadas às pessoas com deficiência, mas a um público com diversidade sensorial.

A diversidade é, portanto, o ponto crucial para pensarmos produtos acessíveis, pois como afirma Werneck (*apud* VIVARTA, 2003), nos cabe pensar a partir de uma nova ética, a ética da diversidade, pois a chamada ética da igualdade leva à concepção de modelos ideais de seres humanos, pois valoriza o que temos de semelhança, permitindo a hierarquização de condições humanas. A ética da diversidade parte do princípio que cada pessoa é diferente, não nos permitindo a comparação entre as diferentes condições humanas (VIVARTA, 2003).

Ao discorrer sobre a diversidade surda, Perlin (2013, p. 56) diz que “o surdo tem diferença e, não, deficiência, e a preocupação que pretendo explorar aqui, antes de tudo, trata da diferença e diversidade”. Portanto, a diversidade, ou mais precisamente, a diversidade sensorial deve ser fator de relevância nas discussões sobre a inclusão para o acesso à informação e efetivação da participação popular.

Não pensar em modos de produção de conteúdos midiáticos que contemplem as diversidades sensoriais levará essencialmente à exclusão e a uma falta de diversidade nos debates sociais.

Em seu capítulo de discussão sobre as ferramentas que podem tornar *podcasts* mais acessíveis, o autor inicia alertando sobre a importância da roteirização do conteúdo, pois possuir o roteiro produzido facilita o processo posterior de transcrição do episódio ou capítulo. Além disso, questões relativas às emoções dos narradores, entrevistados ou apresentadores devem ser levadas em consideração ao produzir a transcrição.

A legendagem é outra ferramenta destacada por Elton (2020), o pesquisador aponta a existência de inúmeros formatos de podcast, portanto, logo ao realizar a legendagem se deve levar em consideração esse aspecto. O autor exemplifica que sons utilizados para realizar transições ou dar dramaticidade ao episódio ou capítulo, devem ser descritos de acordo com a sensação que se deseja transpassar, pois é fundamental para aproximar ao conteúdo original.

Outra forma de legendagem destacada pelo autor é a legenda criativa, em se que objetiva ampliar as formas de apresentá-las na tela. Elas podem se apresentar de diferentes cores para facilitar a identificação do locutor, ou podem estar dispostas em diferentes lugares da tela próximas a quem fala, facilitando a compreensão dos diálogos e seus participantes.

Para Elton (2020) a janela de Libras também pode ser utilizada para tornar o conteúdo do podcast mais acessível. Destaca-se, assim como as ferramentas anteriormente apresentadas, a necessidade de utilização de outros formatos midiáticos para que se utilize essa ferramenta. Uma das questões levantadas pelo pesquisador, problematizando a utilização da janela de Libras, são aspectos relativos às “limitações relacionadas à interpretação/comunicação dos recursos expressivos da linguagem radiofônica, suas intencionalidades semânticas e estéticas” (ELTON, 2020, p. 11), que poderiam limitar determinados entendimentos, ou interferir na experiência do espectador.

A audiodescrição é outra ferramenta sugerida pelo pesquisador, pois para Elton (2020, p. 12) “uma audiodescrição gravada pela equipe ou

apresentador(a)/produtor(a) do próprio podcast, levando em conta a identidade estética e carga semântica do conteúdo, pode ser considerada mais acessível.” Sendo assim, a AD em um podcast seria utilizada para aprofundar a fruição do conteúdo apresentado no *podcast*.

Por fim, o autor sugere a utilização de *links* e *hashtags*, pois facilitaria a localização dos conteúdos por parte do público sensorialmente diverso. Ao exemplificar, o autor sugere a utilização de *hashtags* como “#ParaTodosVerem”, “#ParaTodosOuvirem”, ou que identifiquem que o conteúdo do *podcast* é acessível, como “#PodcastAcessivel”, “#ConteudoAcessivel” e também a utilização de links para que os usuários sejam encaminhados aos formatos acessíveis.

O estudo de Mayer (2020) discorre sobre o acesso à comunicação enquanto direito humano fundamental e a importância para o fortalecimento da cidadania. A autora inicia seu trabalho explanando a respeito da ampliação do acesso à informação e da fortificação de discursos que certificam a devida representação dos cidadãos como um aspecto essencial às sociedades democráticas e uma premissa para a igualdade social.

A partir de suas fundamentações teóricas, a pesquisadora defende a concepção da deficiência a partir do Modelo Social, em que a deficiência não estaria no indivíduo, mas no ambiente. Ou seja, segundo Mayer (2020, p. 2) a deficiência é resultado direto do modo como a sociedade está organizada, com isso, uma sociedade mais acessível é “menos deficiente”, pois diminui as barreiras.

Indiretamente a autora nos leva à discussão a respeito da integração, que para Vivarta (2013, p. 19) “nos induz a acreditar que podemos escolher quais seres humanos têm direito a estar nas escolas, nos parques de diversões, nas igrejas, nos ambientes de trabalho, em todos os lugares.” Conseqüentemente, a partir da ótica da integração a sociedade seleciona não apenas os que estão aptos para usufruir dos ambientes físicos, mas também aqueles que terão acesso à informação.

Um dos aspectos centrais da integração é transferir e individualizar a responsabilidade sobre o acesso, não estando mais a sociedade obrigada a se desenvolver incluindo as pessoas com deficiência, mas incumbe às pessoas com deficiência a exclusiva obrigação de adaptar-se e se inserir na sociedade.

Em seu capítulo de discussão sobre o direito humano à comunicação, Mayer (2020, p. 3) defende que a “cidadania configura-se, pois, como um pilar fundamental para a expansão da democracia, e tem relação direta com a consciência do ‘direito a ter direitos’”, com isso a autora corrobora com a ideia da essencialidade da informação para a formulação de ações que efetivem a cidadania, principalmente para grupos como os de pessoas com deficiência. Para a autora, em determinados momentos, o acesso à informação não basta, mas é necessária a capacidade de mobilizar e participar no desenvolvimento de uma sociedade mais plural e solidária.

Uma nova sociabilidade é possível por meio da expansão do exercício da cidadania por parte das pessoas com deficiência e tornar os meios de comunicação mais acessíveis é fundamental para esse processo de efetivação da cidadania (MAYER, 2020). Mais do que isso, deve-se pensar não apenas o acesso, mas também a inserção da pessoa com deficiência no processo de produção da informação, portanto, construindo novos paradigmas.

Assim como outras pesquisas discutidas nesse levantamento, o trabalho de Mayer (2020) se dedica também a discutir sobre a legislação que assegura o direito da acessibilidade nos meios de comunicação. A pesquisadora destaca a Lei nº 10.098, que determina a exibição de conteúdos com acessibilidade por parte das emissoras de televisão com sinal aberto.

Posteriormente, a autora discorre sobre a inclusão e integração, partindo do princípio da necessidade de superarmos a integração e partimos à inclusão. Segundo Vivarta (2003) a integração objetiva fazer com que a pessoas com deficiência de adapte ao meio, ao invés do sistema que compõe o meio, ou seja a sociedade, buscar medidas para a devida implementação da inclusão.

A autora está em consonância com Vivarta (2003), ao afirmar que exercer a integração, espera-se que as pessoas com deficiência se adequem aos serviços oferecidos, sem que a estrutura fundamental de criação e promoção do produto seja alterada. Como exemplo, Mayer (2020) destaca que filmes e outros produtos audiovisuais, que implementam a acessibilidade, apenas a executa no pós-produção, quando os produtos já estão finalizados.

Diante disso, a autora propõe a efetivação da inclusão, que seria “a inserção dos sujeitos a partir de (re)organização de todo o sistema, dentro de uma nova lógica acessível” (MAYER, 2020, p. 9), logo, as pessoas com deficiência não mais estariam no fim do processo, mas no decorrer de todo percurso de criação do produto, da ideia inicial à finalização.

Outra discussão levantada na pesquisa discorre sobre o *Design Universal*, ou seja, desenvolver produtos que tenham a capacidade de atender a diferentes públicos e que possam ser acessados, ou consumidos, de maneira independente e natural (MAYER, 2020). A autora defende o *Design Universal* como elemento fundamental para a efetivação de avanços no acesso à informação. Mayer (2020) afirma ser necessário pensar a acessibilidade a partir da lógica do *Design Universal* e propõe pontos fundamentais para a devida implementação.

Primeiramente a autora propõe pensar a acessibilidade como um compromisso cívico-democrático e não como obrigação a ser seguida ou necessidade burocrática, Mayer (2020, p. 11) defende que “é também uma forma de cumprir a função social do próprio campo da Comunicação e do Cinema, contribuindo para a formação de uma audiência mais consciente e crítica em relação ao meio”. O segundo ponto defendido pela autora é a contratação de profissionais capacitados para a implementação de ações de acessibilidade.

A terceira proposta visa garantir que pessoas com deficiência possam se constituir como parte do processo de produção, pois as pessoas com deficiência lidam de forma diferente com as questões sensoriais em relação a quem produz os produtos audiovisuais. Por fim, Mayer (2020) propõe que os profissionais em acessibilidade e consultores devem estar presentes desde o início da cadeia de produção, ou seja, desde a pré-produção.

Concluindo os trabalhos apresentados em 2020, a pesquisa de Cirne, Belém e Cajazeira (2020) propõe uma discussão sobre serviços assistivos para a televisão e as perspectivas para o jornalismo. Os autores também propõem um manual de acessibilidade para jornalistas.

Na introdução da pesquisa os pesquisadores trazem leis, decretos e iniciativas que objetivam tornar a comunicação mais acessível. Como é possível perceber,

artigos relacionados à acessibilidade na comunicação comumente desenvolvem discussões sobre a legislação a respeito da acessibilidade, o que demonstra um grande distanciamento entre o aspecto legal, ou seja, as determinações da legislação, e o aspecto prático, o que nos leva a questionar se essa ocorrência se dá pelo desconhecimento das leis ou negligência das empresas e instituições que ignoram os direitos assegurados.

Para Cirne, Belém e Cajazeira (2020) os manuais de jornalismo majoritariamente são construídos de forma prioritária para uma audiência ouvinte e vidente. Esse fator implica em barreiras para a implementação de iniciativas que objetivem a inclusão, pois há práticas consolidadas que necessitam de um trabalho árduo para que sejam abandonadas. Para os autores, há uma certa omissão ao não se discutir sobre acessibilidade nos manuais de telejornalismo.

A audiodescrição é das ferramentas apresentadas pelos autores como fundamentais para a acessibilidade na televisão. Segundo Cirne, Belém e Cajazeira (2020, p. 4), a AD é “um recurso de tradução audiovisual que converte imagem em sons, orientando-se pela narração detalhada [...] de modo a possibilitar melhor a compreensão do que não pode ser visto parcialmente ou completamente”.

A AD requer planejamento, para que seja inserida sem se sobrepor ao que se fala. Portanto, para evitar que a AD seja utilizada de forma equivocada, os autores afirmam a necessidade de desenvolver um roteiro ou *script*, para que as pausas necessárias para a inclusão da AD sejam trabalhadas. Diante disso, Cirne, Belém e Cajazeira (2020) criticam o fato de que grande parte das produções com AD, realizarem a inserção da ferramenta com base em roteiros para videntes e não responsivos, ou seja, ao serem desenvolvidas sob roteiros exclusivos para videntes as produções apresentarão difícil inserção da AD.

Em relação ao conteúdo da AD, Cirne, Belém e Cajazeira (2020, p. 5) destacam que se deve produzir o áudio de forma que “estimule a imaginação, em harmonia com a poética e estética do produto” sem que se altere a mensagem principal ou se altere a narrativa, mas que possibilite a riqueza de detalhes existentes no vídeo.

Sobre a legendagem, ou *Closed Caption (CC)*, os autores destacam que desde 2008 ela compõe a grade de programação da televisão brasileira com sinal aberto. A

legendagem se divide em três categorias, segundo Cirne, Belém e Cajazeira (2020), sendo elas: ao vivo – ocasião onde a legendagem é produzida no momento em que o conteúdo é exibido; pré-produzida, ocorre quando o tempo para sua produção é inferior a 24h; pré-gravada, ou seja, o material teve tempo hábil suficiente para ser trabalhado, como a legendagem para filmes ou séries.

A respeito da janela de Libras, os autores salientam os seguintes pontos: priorização do uso do *chroma-key*; janela alinhada à direita ocupando $\frac{1}{4}$ da tela; tradução realizada por um profissional habilitado da Língua Brasileira de Sinais; posicionar o intérprete no centro da janela, dando destaque às mãos, tronco, braços e cabeça. Segundo Pereira et al. (2011, p. 59) a Libras é uma língua “visual-espacial”, logo destacar a região do tronco e da cabeça é fundamental para a correta utilização da Libras em vídeo.

O manual proposto pelos pesquisadores se constitui de 8 etapas, são elas: formação da equipe de audiodescrição; definição da equipe; planejamento das atividades; audiodescrição do material; legendamento – direcionada aos deficientes auditivos; gravação em áudio para a audiodescrição e o legendamento; edição; e avaliação final da equipe de produção. A validação final da equipe é essencial para a correção de erros e adequação às necessidades que se apresentarem no decorrer da produção.

3.2. Pesquisas identificadas em 2019

A pesquisa realizada por Freire (2019), objetiva estudar sobre a visibilidade das crianças com deficiência no jornalismo, a partir de estudos sobre a história e analisando a reportagem “Claro Enigma”, produzida pela revista *Veja*.

Para a introdução de seu artigo, Freire (2019) realiza uma abordagem histórica sobre os modos e as formas como as crianças com deficiência foram tratadas por suas famílias e pela sociedade. Segundo Freire (2019), a imprensa foi fundamental para determinadas conquistas por parte da população com deficiência, para exemplificar, a autora relata a criação da *The Union Of The Physically Impaired Against Segregation* (Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação), que teria surgido a partir de uma carta publicada no jornal inglês *The Guardian*.

A deficiência sempre esteve atrelada a questões relacionadas à incapacidade ou limitações, e principalmente a conceitos clínicos, criando estereótipos sociais segregacionistas. De acordo com a pesquisa de Freire (2019), apenas quando as pessoas com deficiência se organizam em entidades ou organizações específicas para lutar por suas causas que o conceito de deficiência sai do âmbito médico/clínico e move para o âmbito social.

A organização das pessoas com deficiência em entidades ou grupos é apontada por Vivarta (2003, p. 20) como aspecto fundamental para modernização das discussões sobre os direitos humanos das pessoas com deficiência, pois os debates avançaram “do conceito de segregação institucional, passando pelo de integração até chegar ao atual modelo de sociedade inclusiva.” O avanço das discussões deve ser constante e permanente, superando os paradigmas ainda existentes na sociedade, inclusive visões ainda de âmbito médico/clínico.

A reportagem, objeto de análise da pesquisa, discorre sobre o autismo. Segundo Freire (2019, p. 13), o grande mérito da reportagem é “a escuta cuidadosa e a relação dialógica com as histórias de vida narradas”, com isso, a reportagem realizou uma abordagem pautada na singularidade, mas também na pluralidade de cada ser humano. Para a pesquisadora, a sociedade ainda possui muitos estereótipos em relação a deficiência, mas a transformação das narrativas expostas nos veículos de imprensa e outros meios midiáticos podem ser ferramentas para a efetiva mudança das concepções a respeito do assunto deficiência.

Na pesquisa de Negrini e Ross (2019) as autoras buscam desenvolver uma reflexão sobre telejornais universitários e possuem como objeto de discussão as produções Pampa News, desenvolvido pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e Em Pauta TV, desenvolvido pela Universidade Federal de Pelotas (UFPeL).

Na parte inicial de sua pesquisa as autoras destacam a centralidade da televisão em nossa sociedade para a obtenção de informação jornalística. Na visão das autoras a ampliação do espaço dos telejornais para o ambiente virtual, possibilitou a expansão do acesso para um número maior de pessoas, sendo assim, para que

esses novos públicos possam ser atendidos de forma igualitária é essencial a produção de conteúdos acessíveis às pessoas com deficiência.

A importância do jornalismo universitário é primordial para o processo de formação do jornalista profissional, pois alinha o ensino e a aprendizagem prática. Para a autoras é nesse momento que as ferramentas de acessibilidade devem ser inseridas no processo de produção e discutidas no ambiente universitário, visto que formariam profissionais capacitados para lidar com diferentes públicos.

Um dos objetos de estudo da pesquisa, o Pampa News, é um projeto de extensão vinculado ao curso de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Unipampa. O elemento de acessibilidade utilizado pelo jornal é a janela de Libras e a iniciativa para o processo de inclusão da acessibilidade na produção ocorreu devido a crescente audiência do jornal região.

Em outro objeto de estudo da pesquisa, o Em Pauta TV é uma produção quinzenal do curso de jornalismo da UFPel. Assim como o Pampa News, a produção da UFPel ganhou destaque na comunidade academia, leva à necessidade de criar ferramentas para a devida acessibilidade do conteúdo. A legendagem é o elemento de acessibilidade que a produção utiliza, segundo as autoras, a utilização da janela Libras não é possível por questões estruturais que o curso disponibiliza.

Ambas as iniciativas são meritórias, entretanto, deve-se salientar a ausência da legendagem e audiodescrição no Pampa News e a ausência da janela de Libras e da audiodescrição na produção do Em Pauta TV. A questão estrutural, uma das barreiras levantadas pelas autoras, é questão central ao se discutir a implementação e expansão do desenvolvimento de produtos jornalísticos acessíveis, sejam eles projetos experimentais da academia ou do mercado.

Portanto, a universidade deve ser o ambiente ideal onde os futuros jornalistas tenham o contato primário com as tecnologias e ferramentas que promovam a acessibilidade. Como destaca Moura

A maior parte dos produtos e estratégias midiáticas nas quais são capacitados nossos estudantes de jornalismo está voltada para o público que tem audição e visão [...]. Contudo, esse posicionamento deixa de fora não só as pessoas sem audição, mas também nada menos do que 3,6% da

população brasileira que possui algum tipo de deficiência visual (MOURA *apud* CARPES, SOSTER, 2016, p. 5).

Porém, ainda mais essencial é ampliar as discussões para além da questão técnica, pois a acessibilidade comunicacional deve ser debatida como uma importante ferramenta de expansão da participação social das pessoas com deficiência, ensejando no fortalecimento democrático por meio da inclusão de novas perspectivas nas discussões sociais.

3.3. Pesquisa identificada em 2018

A pesquisa de Cirne e Belém (2018) objetiva desenvolver uma reflexão sobre a inclusão da acessibilidade na televisão brasileira. Os autores se baseiam no Decreto nº 5.296, que regulamenta e promove a acessibilidade de forma ampla, que estatui a obrigação das emissoras de radiodifusão a implementar recursos assistivos às pessoas com deficiência auditiva e visual.

Para introduzir sua pesquisa, Cirne e Belém (2018) trazem dados para demonstrar a relevância que a televisão possui na sociedade brasileira como elemento de acesso à informação e ao entretenimento. Para os autores as empresas de comunicação não levam em consideração “um número expressivo de pessoas com deficiência que não conseguem ter acesso efetivamente aos conteúdos audiovisuais, seja porque têm perda parcial ou total da visão, ou da audição.” (CIRNE, BELÉM, 2018, p. 2). Com isso, as empresas estariam perdendo um grande público consumidor de seus conteúdos, mas por não acreditar que iniciativas de inclusão sejam válidas, não as implementam.

A produção de conteúdo na televisão brasileira estaria, segundo Cirne e Belém (2018), estritamente atrelada ao público ouvinte e vidente, fazendo com que pessoas com deficiência necessitem da ajuda de terceiros para tentar compreender os conteúdos exibidos na tela. Para Cirne e Belém

[...] os meios de comunicação massiva, especialmente a TV aberta, desconsideram veladamente que pessoas com deficiência visual ou auditiva estejam dispostos e tenham direito a se informar e buscar entretenimento de forma clara, adaptada e diversificada. (CIRNE, BELÉM, 2018, p. 5)

Portanto, o trabalho para que as produções televisivas brasileiras sejam inclusivas é longo e árduo, pois perpassa em transformar o modelo de negócio das organizações e a visão sobre o público consumidor.

Um dos fatores elencados pelos pesquisadores para a baixa produção de conteúdo acessível na televisão brasileira está a quase inexistente fiscalização por parte dos órgãos reguladores. A falta de cumprimento das leis, os decretos e normas não acarreta às empresas televisivas nenhuma multa ou consequência judicial. Mais do que isso, a falta de especificações em determinadas regulamentações possibilita o questionamento no âmbito jurídico e a consequente postergação de sua implementação.

Os autores desenvolvem uma discussão sobre a audiodescrição, a janela de Libras e a legendagem como elementos fundamentais para a efetivação da acessibilidade na televisão. A utilização dessas três ferramentas deve estar atrelada para que o público alcançado seja mais amplo e diversificado.

Na conclusão de sua pesquisa Cirne e Belém (2018) destacam duas iniciativas pioneiras na televisão brasileira. A primeira é o Repórter Visual, uma produção da emissora pública TV Brasil, trata-se de um telejornal diário com duração de cerca de 12 minutos. O grande diferencial do produto está no fato de que os apresentadores são intérpretes de Libras, fazendo com que a janela de Libras seja eliminada, não mais estando em um canto na parte inferior, mas fazendo com que o intérprete ocupe a centralidade na apresentação do noticiário.

A primeira exibição da produção foi em 1988, com o nome “Jornal Visual”, no decorrer dos anos a produção passou por momentos em que não foi exibida, voltando ao ar de forma permanente em 19 de fevereiro de 2018, já com o nome “Repórter Visual” (CIRNE, BELÉM, 2018).

Outra iniciativa pioneira apresentada pelos autores é a AD desenvolvida para o seriado Chaves, exibido no Brasil pela rede de televisão SBT. O recurso passou a estar disponível em 2011 na programação da emissora. Apesar da iniciativa positiva, os pesquisadores encontraram problemas na AD apresentada no seriado. Em determinados momentos algumas ações, que os autores consideraram essenciais para o entendimento da cena, não foram descritas pela AD. Esse tipo de problema foi



recorrente no decorrer de vários episódios. A pesquisa conclui, portanto, destacando um fato comumente observado, mesmo nas produções que possuem acessibilidade ainda é possível encontrar falhas.

4. Considerações finais

São muitas as pesquisas sobre jornalismo e deficiência, entretanto, destacam-se dois aspectos: o primeiro, relacionado à escassez de pesquisas que relacionem a promoção da acessibilidade com aspectos da efetividade da nossa democracia e para a afirmação e reivindicação de direitos. A ausência de pesquisas que desenvolvam discussões nesse sentido, como já dito, também é um dado, nos traz informações sobre as perspectivas existentes sobre o tema.

Mas superando a ausência, devemos salientar as importantes discussões existentes, principalmente de caráter técnico, sobre a efetivação da acessibilidade nos produtos jornalísticos.

Outro aspecto, é a necessidade do fortalecimento do elo academia e mercado. As pesquisas que versam sobre acessibilidade nos meios de comunicação devem chegar a quem produz notícia diariamente. São muitos os pesquisadores dispostos a contribuir para uma comunicação mais inclusiva, as pesquisas presentes são fundamentais para compreendermos o imenso caminho que devemos percorrer para a concretização de um mercado de comunicação jornalística inclusivo.

Para tanto, também devemos alertar para a necessidade da devida divulgação científica, para que as iniciativas da academia cheguem ao mercado e à sociedade, para que possam ser implementadas. Com isso nos cabe continuar trabalhando para sempre encontrar novos caminhos para a efetivação do acesso à informação para todos e todas.

O aprimoramento das técnicas e a diversidade de conteúdos com tecnologias assistivas perpassa pelo desenvolvimento de práticas profissionais que não enxerguem a acessibilidade como algo a mais ou trabalho extra, mas como coisa comum, cotidiana e edificadora.



Referências

- ALVES, Soraya. TELES, Vervanne. PEREIRA, Tomas. **Prospota para um modelo brasileiro de audiodescrição para deficientes visuais**. Tradução & Comunicação: Revista Brasileira de Tradutores. Nº 22, p. 9-29. 2011.
- CIRNE, Livia. BELÉM, Vitor. CAJAZEIRA, Paulo. **Notícia para audiência que não ouve e não vê: uma discussão sobre inclusão e acessibilidade na televisão**. XXIX Encontro Anual da Compós. Campo Grande: Compós, 2020.
- CIRNE, Livia. BELÉM, Vitor. **Para Cego Ver, Para Surdo Ouvir: reflexões sobre a inclusão e a acessibilidade na TV brasileira**. XXVII Encontro Anual da Compós. Belo Horizonte: Compós, 2018.
- Ester. LAGES, Milene. NEGRINI, Michele. *In: 43º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 2020, Salvador. A audiodescrição no documentário Democracia em Vertigem*. São Paulo: Intercom, 2020. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2020>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.
- FREIRE, Giselle. *In: 42º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 2019, Belém. Caminhos para visibilidade de crianças com deficiência no jornalismo: um estudo sobre a reportagem Claro Enigma, da revista Veja*. São Paulo: Intercom, 2019. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2019>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.
- GALVÃO, Taís. PEREIRA, Mauricio. **Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração**. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 23(1):183-184, jan-mar 2014.
- JULIOTTI, Renata Elia. VICTOR, Cilene. *In: 43º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 2020, Salvador. Do jornalismo inclusivo à inclusão do jornalista com deficiência na imprensa brasileira*. São Paulo: Intercom, 2020. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2020>. Acesso em: 11 de janeiro de 2021.
- MANCINI, Marisa. SAMPAIO, Rosana. **Quando o objeto de estudo é a literatura: estudos de revisão**. Rev. bras. fisioter. vol.10 no.4 São Carlos: out-dez. 2006.
- MAYER, Flavia. **Direito humano à comunicação e a acessibilidade nas mídias audiovisuais**. XXIX Encontro Anual da Compós. Campo Grande: Compós, 2020.
- MOURA, Dione. Prefácio. CARPES, Diana. SOSTER, Demétrio. **Manual de audiodescrição para produtos jornalísticos laboratoriais impressos**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2016.
- NARIO-REDMOND, Michelle R. **Ableism: The causes and consequences of disability prejudice**. John Wiley & Sons, 2019.
- NAVES, Sylvia. et al. (org.). **Guia para produções audiovisuais acessíveis**. Brasília: Ministério da Cultura, 2016.
- NEGRINI, Michele. ROSS, Roberta. *In: 42º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 2019, Belém. Os Desafios de Produção de Telejornais Universitários Inclusivos: os casos do Pampa News e do Em Pauta TV*. São Paulo: Intercom, 2019. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2019>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.
- PERLIN, Gladis. **Identidades Surdas**. In: SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.
- PINHEIRO, Elton Bruno. *In: 43º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 2020, Salvador. Podcast e Acessibilidade: apontamentos teóricos e metodológicos*. São



Paulo: Intercom, 2020. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2020>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

RUBIRA, Jefferson Perleberg. *In*: 43º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 2020, Salvador. **Audiodescrição**: uma possibilidade de inclusão no telejornalismo. São Paulo: Intercom, 2020. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2020>. Acesso em: 11 de janeiro de 2021.

VIVARTA, Veet (coord.). **Mídia e Deficiência**. Brasília: Andi - Fundação Banco do Brasil, 2003.